

## “Trans de direita”?: moralidade, acusação e política na trajetória de uma mulher trans do interior de Minas Gerais<sup>1</sup>

Jinx Vilhas  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, São Paulo)  
Mestrando em Antropologia Social

**Resumo:** Neste trabalho, pretendo abordar o fenômeno da acusação no embate político público, especialmente quando direcionada às pessoas LGBT que não correspondem a uma imagem pública ideal. Partindo de uma etnografia do caso de uma mulher trans do interior de Minas Gerais, ex-vereadora, que se declara como uma pessoa “de direita” e “conservadora”, analiso o fenômeno da utilização de categorias de acusação moral direcionadas a ela por pessoas autodeclaradas de esquerda. Apesar de compreender esse fenômeno acusatório a partir do seu direcionamento a uma mulher trans “de direita”, defendo que esse jogo de acusações ocorre de maneira recíproca e independe de posição política.

**Palavras-chave:** Moralidade, LGBT, Política.

### Introdução

Viçosa é uma cidade localizada no interior de Minas Gerais, na região da Zona da Mata Mineira. Com quase 79 mil habitantes<sup>2</sup>, a cidade abriga o maior de três *campi* da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A universidade tem cerca de 20 mil estudantes, que não são contabilizados pelo IBGE como parte da população do município. Os outros dois *campi* da UFV são Florestal, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e Rio Paranaíba, no oeste mineiro. A UFV é uma universidade de tradição agrária, fundada em 1922 seguindo o modelo norte-americano e construída em terras doadas pelo então Presidente de Minas Gerais<sup>3</sup>, o político Arthur Bernardes<sup>4</sup>. Foi na UFV que se instituiu o primeiro curso de pós-graduação do país, e, diferente das demais universidades federais, nela há um rígido controle da estética dos *campi*, em que a limpeza é levada muito a sério. Para se ter noção desta dimensão, não há pichações em parede alguma e a jardinagem é impecável.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> População estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/vicosa.html>>. Nessa estimativa não está incluída a população flutuante vinculada ao meio universitário.

<sup>3</sup> Nomenclatura da época.

<sup>4</sup> Naquele mesmo ano, Bernardes se tornaria Presidente do Brasil

Com 15 vagas no legislativo municipal da cidade, a única mulher eleita vereadora em 2016 foi Brenda Santunioni, transgênero e branca, nascida em Espera Feliz (MG) e segunda candidata mais votada no município, eleita pela coligação PPS-PTC-PP<sup>5</sup>. Antes de ser vereadora, Brenda foi editora de revista, colunista social, radialista e chefiou o Departamento de Turismo de Viçosa. As relações estabelecidas entre ela e o Coletivo Primavera nos Dentes<sup>6</sup> suscitaram curiosidade em mim desde a minha entrada no referido grupo. Foi também na Universidade Federal de Viçosa em que cursei a graduação em Ciências Sociais. E nossos caminhos se cruzaram nesse contexto. Sou uma pessoa trans não binária e atuei no Coletivo Primavera nos Dentes de 2015 a 2019. Havia, ali, uma tensão explícita entre uma posição intransigente dos integrantes do coletivo, tidos como *arruaceiros*, e uma posição mais tradicional de Brenda, tida como uma *trans conservadora*. Esse contexto me chamou a atenção exatamente em virtude da necessidade de complexificar e nuançar essa trajetória. Houve, por minha parte, uma recusa ativa em aceitar as respostas fáceis que me eram dadas a respeito da posição política de Brenda. Parecia haver algo para além da superfície das acusações políticas de *traidora* e *conservadora*<sup>7</sup>.

Meu primeiro contato com Brenda ocorreu já no segundo semestre do curso, em 2015, durante uma aula de Antropologia do Corpo em que ela havia sido convidada pelo professor da disciplina, Guillermo Sanabria, para falar sobre sua experiência de vida enquanto uma mulher trans. Lembro-me que, naquela ocasião, algumas das pessoas daquela turma de cerca de sessenta estudantes ouviam as histórias de Brenda de forma atenta e interessada, enquanto outras, mais ao fundo, soltavam risos tímidos e constrangidos.

---

<sup>5</sup> A história do partido ao qual Brenda então era filiada, o PP, é complexa. Em 1993 o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido oficial da ditadura militar brasileira, se funde com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). No mesmo ano, o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Trabalhista Renovador (PTR) se unem, dando origem ao Partido Progressista (PP). Da fusão dos antigos PPR e PP nasce em 1995 o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que muda de nome em 2003, adotando de novo a denominação “Partido Progressista” (PP). No fim de 2017, o PP muda seu nome mais uma vez, dessa vez para Progressistas (PP).

<sup>6</sup> Grupo de militância LGBT atuante desde 2008 na cidade, composto principalmente por estudantes da UFV. Em 2008 o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFV organizou uma calourada intitulada “Democracia de verdade, só com respeito à diversidade”. O coletivo surgiu nesse contexto e sua primeira reunião ocorreu em abril daquele mesmo ano. Seu nome faz referência à música de mesmo nome, da banda Secos & Molhados, que ao longo de seus oito versos fala sobre manter uma postura de coragem e resiliência apesar de dificuldades que se avizinhem. Para um histórico do coletivo, ver Lopes (2011, p. 108-129) e Bissaco, 2009, p. 34-35).

<sup>7</sup> Agradeço, neste ponto, ao Prof. Guillermo Sanabria, que por diversas vezes me alertou sobre a necessidade de refletir a respeito da não conformidade das pessoas LGBTI+ com a teoria e prática política da esquerda.

Não é apenas o fato de Brenda ser uma mulher trans e sua inserção no mundo político que parece causar reações daquelas do tipo que presenciei na sala de aula, mas, também, o fato de ela ser qualificada como uma mulher trans *da família*. Naquele dia e em outras ocasiões, Brenda fazia questão de deixar muito clara a sua posição de *defensora da família tradicional*. O que Brenda queria dizer com isso não era que ela defendia um modelo de família heterossexual mononuclear monogâmica, composto por um casal de pessoas cisgêneras<sup>8</sup> e filhos. Era uma referência, na verdade, a uma família tradicional heterodoxa: um casal monogâmico, seja ele composto por homens ou mulheres, cis ou trans, com configurações homo ou heterossexuais, com ou sem filhos, e cachorros<sup>9</sup>. Para além disso, essa noção de *família* evocava uma oposição em relação àquilo que não seria próprio do contexto da família: a *promiscuidade*.

Pouco mais tarde, eu descobriria que essa tensão entre a posição de Brenda enquanto uma pessoa LGBTI+ e suas concepções morais a respeito da família, da sexualidade e dos limites entre o público e privado engrossavam o caldo de uma outra oposição importante. Somada à posição de Brenda enquanto uma política autodeclarada e apontada como “de direita”, alimentavam uma relação conflituosa entre ela e o Partido dos Trabalhadores de Viçosa, com grande permeabilidade nos espaços universitários. Em realidade, a trajetória aqui retratada me fez atentar para um fenômeno moral importante: o das categorias de acusação nos embates políticos.

### **A trajetória de Brenda em Viçosa**

Nascida em 1976 em Espera Feliz (MG), filha de uma professora do ensino primário, Brenda começou a se questionar sobre sua identidade de gênero com cerca de 14 anos. Já naquele momento o contato com pessoas trans famosas através da televisão, especialmente Roberta Close, serviu de referência para ela. Em 1993, ela saiu da casa de sua família e iniciou o curso técnico agrícola onde viveu “anos libertadores”, pois a distância da família permitiu que ela começasse a fazer modificações corporais simples e que participasse do primeiro *evento gay* da sua vida: o Miss Brasil Gay 1996, em Juiz de Fora – MG<sup>10</sup>. Em Viçosa teria dificuldades financeiras, inclusive para se alimentar,

---

<sup>8</sup> “Cisgênera” é a pessoa que se reconhece com o gênero que foi designado para si ao nascer. É diferente, neste sentido, de pessoas transgêneras.

<sup>9</sup> Para um argumento a respeito de como a demanda pelo direito ao reconhecimento estatal das relações entre pessoas do mesmo sexo circunscreve essas relações num paradigma normativo, cf. Butler (2003). É importante, ainda, frisar que Brenda se refere aos seus animais de estimação como *filhos*, algo que é comum entre *mães e pais de pets*.

<sup>10</sup> Um desfile de *transformistas*.

sofrendo agressões físicas e verbais em virtude de sua condição de mulher trans. Lá se aproximou da família Chequer, tradicional na cidade.

A história da família Chequer na cidade começa com Fuad Chequer, imigrante libanês nascido em 1904. Fuad chegou ao Brasil em 1922, quando morou no Rio de Janeiro, posteriormente mudando-se para Ponte Nova, em Minas Gerais. Casou-se em 1931 com Anita Nasser. Sapateiro de profissão, a família de Fuad era dona da Fábrica de Calçados Halfa, que se expandiu através da abertura de uma indústria de couro em Viçosa, cidade em que o empresário investiu na construção civil e nos loteamentos. A maior parte dos bairros de Viçosa naquela época foi loteada e construída por sua família. Um dos filhos do casal, Antônio (Toninho) Chequer, nascido em 1932, principal empresário da construção civil na cidade, foi eleito vereador em 1950 e elevado de suplente a vereador em 1965. Foi eleito prefeito em três ocasiões: 1973, 1989 e 1996. O filho de Antônio, Ângelo Chequer, nasceu em 1981 e, assim como o pai, foi eleito vereador aos 18 anos de idade. Em 2012 foi eleito vice-prefeito, assumindo como prefeito em 2014 após a morte do titular, Celito Sari, e sendo reeleito em 2016.

Brenda atribui seu acolhimento pela família ao fato da “família Chequer sempre ter acolhido aquilo que era diferente”, de forma um tanto quanto misteriosa e que ainda pretendo explorar através da pesquisa. Durante a maior parte de seu período na cidade, Brenda trabalhou por conta própria, principalmente editando uma revista e organizando desfiles. Em 2010, foi convidada pelo então prefeito a assumir a chefia do Departamento de Turismo de Viçosa. A sua chegada ao cargo propiciou a realização da 1ª Parada Gay da cidade.

Brenda fundou o Movimento Diversidade Viçosa (MDV), primeira e única associação em prol dos direitos das pessoas LGBTI+ da cidade. Hoje, ela é coordenada por Scarlet, amiga de Brenda e uma mulher trans. Brenda realizou, também, a primeira Parada da cidade. Ela é, no entanto, conhecida principalmente nos grupos universitários de esquerda da cidade por se alinhar a concepções tidas como conservadoras a respeito de temáticas como a vida em família e a demonstração de afeto em público entre pessoas do mesmo sexo. Ainda que Brenda afirme que defende o mesmo ponto sobre relações heterossexuais, não é possível ignorar que a mesma posição produz efeitos diferentes a depender dos diferentes sujeitos implicados em termos de sexualidade.

As histórias que me eram contadas sobre o período de fundação do coletivo Primavera nos Dentes e do MDV se resumiam a narrativas de atritos que teriam ocorrido entre o coletivo e Brenda. O Primavera (como era conhecido) instituiu-se por meio de

uma lista de e-mails, e posteriormente passou a organizar reuniões de estudo presenciais. No começo, era frequentado majoritariamente por homens gays, mas com o passar dos meses se diversificou, abrigando mulheres lésbicas, homens bissexuais, pessoas trans e mesmo heterossexuais. Continuou ativo até meados de 2019 e há conversas sobre sua reativação.

Recordo-me de duas situações<sup>11</sup> que pude reconstituir em conversas com Brenda e com antigos integrantes do coletivo. Num dos principais episódios narrados pelos integrantes do coletivo, Brenda teria participado, a convite do Primavera nos Dentes, de um dos primeiros eventos públicos do grupo: o “Seminário de Discussão LGBT”, que ocorreu em abril de 2009 e contou com a presença do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS), de Belo Horizonte. O coletivo teria convidado Brenda esperando que ela, enquanto figura política da cidade e mulher trans, proferisse um discurso alinhado à posição política do grupo de exaltação da liberdade sexual e da livre expressão do afeto. Não foi o que ocorreu. Brenda vinha de uma conformação política diferente daquela esperada pelo coletivo, defendendo posturas de gênero e sexualidade ditas mais tradicionais e, portanto, incompatíveis com as posturas tidas como revolucionárias defendidas por eles.

A querela, no episódio aqui relatado, se deu principalmente em torno de uma fala de Brenda contra a demonstração de afeto de casais homossexuais em público, que incomodou tanto aos integrantes do Primavera nos Dentes como aos integrantes do GUDDS. A fala da vereadora pôde ser reconstituída, segundo ela própria e outras pessoas que estavam presentes, como algo próximo de “Eu sou contra gays se beijarem em público - se os homossexuais querem ser respeitados, eles precisam se dar o respeito”. Apesar desse acontecimento, as relações entre membros do coletivo e Brenda não foram totalmente cortadas e eles continuaram trabalhando juntos em outras ocasiões. As declarações públicas que Brenda fazia, porém, passaram a tomar um significado diferente, e ela começou a ser qualificada e encarada como uma figura conservadora, por vezes até de forma exagerada. Em outra situação, de menor repercussão, teria havido conflitos em relação a organização conjunta da 1ª Parada Gay de Viçosa, em que o Primavera nos

---

<sup>11</sup> Essas histórias e narrativas eram sempre contadas por integrantes do coletivo localizando-as no tempo relativamente distante da fundação do coletivo. Essa dificuldade de membros mais jovens do grupo em localizar precisamente esses acontecimentos pode estar relacionada com o fato dessas histórias serem passadas de “geração” em “geração”; os novos membros quase sempre “herdando”, quando não a inimizade dos que os antecederam, ao menos um razoável nível de desconfiança em relação às posições mais conservadoras da vereadora.

Dentes defendia que ocorresse a “Parada LGBT”, e o MDV defendia que o nome do evento fosse “Parada Gay”.

O Primavera nos Dentes caracterizava-se enquanto um coletivo. Os coletivos são uma forma de organização política que ganhou visibilidade no Brasil principalmente nos anos 2010, caracterizada pela valorização manifesta de ideais de "autonomia" e "horizontalidade". No que diz respeito aos coletivos LGBTI+, a multiplicação desses grupos na última década nos faz lembrar dos primeiros grupos de militância homossexual, como o grupo Somos, surgido no fim dos anos 70 em São Paulo e estudado por MacRae (2018). Também há registros de grupos deste tipo em Belo Horizonte (MORANDO, 2018) e no Rio de Janeiro. De forma distinta do que ocorria no grupo Somos, porém, no coletivo mineiro, em outra época e já em contato com os discursos *pós-modernos*<sup>12</sup>, havia uma ênfase na diversidade de identidades sexuais, de gênero, e racial, materializada na ideia de uma identidade coletiva *queer*, algo que já era observado no caso de outros coletivos mineiros (AMARAL, 2014). É importante situar também esse outro momento no contexto da realização das Conferências Nacionais LGBT, promovidas durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) e dos ENUDS(G) (2003-2016).

No período em que fiz parte do Coletivo Primavera nos Dentes (2015 a 2019) e durante minha iniciação científica, a atuação de Brenda demonstrou-se frequentemente presente, tanto nas narrativas de conflito como em parcerias, suscitando o meu interesse. Um tema proeminente, nesse caso, é o fato da vereadora se alinhar a concepções mais conservadoras a respeito de temáticas como a vida em família e a demonstração de afeto em público entre pessoas do mesmo gênero, evidenciando uma série de perspectivas moralizantes que mobilizam e destacam os limites de que tipo de relação afetivo-sexual é considerada aceitável – de forma que relações entre pessoas do mesmo gênero só podem ser aceitas ou toleradas desde que se circunscrevam ao espaço privado<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> O itálico, aqui, denota uma categoria êmica, utilizada para adjetivar pessoas que não correspondem aos padrões impostos pela sociedade, ou, de outro modo, simplesmente pessoas “descoladas”. A palavra, utilizada por integrantes do coletivo até meados de 2014, não tem necessariamente uma relação direta com a tradição teórica de mesmo nome e que possui suas raízes em autores como Michel Foucault e Jacques Derrida, assim como também não tinha a conotação pejorativa que setores da esquerda marxista o atribuem atualmente. Por causa do da categoria de forma pejorativa por outras pessoas e grupos, seu uso deixou de ser feito pelos integrantes do coletivo.

<sup>13</sup> Expressões como *dar-se o respeito* figuram, aqui, como significativas desse processo social mais amplo. Quando as externalizações afetivo-sexuais e identitárias estão fora do espaço que lhes é circunscrito por esse regime sexual, o ônus da violência que é perpetrada contra essas pessoas é deslocado para elas, e não para as pessoas que, de fato, as violentam. Sobre isso, cf. a pesquisa sobre percepções e comportamentos sobre violência sexual do Instituto Patrícia Galvão (2016).

Apesar de também se afiliar às lutas por direitos para a população LGBTI+, Brenda não apresenta esta como a sua principal bandeira. Quando terminei a primeira versão do projeto de pesquisa, mostrei ele para Brenda. Ela me ligou, dizendo que tinha achado muito legal, mas que havia uma informação incorreta: a bandeira LGBTI+ não era sua principal pauta de militância política. Tomo esse acontecimento como um dado de pesquisa ainda que, não obstante, a temática LGBTI+ permeie tanto sua atuação antes de ter se tornado vereadora, como sua própria atuação legislativa de 2017 a 2020.

Seriam esses elementos suficientes, entretanto, para enquadrar Brenda como uma política *conservadora*? Mesmo com a filiação de Brenda a partidos de *direita* (o partido Progressistas e, posteriormente, o Patriotas), ela desenvolveu projetos e iniciativas que visaram garantir direitos especificamente para a população LGBTI+, como a facilitação do acesso por pessoas trans à hormonização na rede de saúde pública da cidade ou sua participação na implementação de um Ambulatório LGBTI+ na Unidade de Atendimento Especializado (UAES) da UFV. Também teve embates com figuras importantes da cidade que a desrespeitaram ou desrespeitaram outras pessoas LGBTI+. Assim como em realizar a Parada da Diversidade são exemplos de sua atuação. Em diversas ocasiões, Brenda faz questão de frisar a importância econômica da Semana da Diversidade para a cidade, que se constituiu enquanto um evento de dimensão regional. De acordo com Brenda, a Parada é um dos que mais movimenta a economia da cidade – junto da Marcha Nico Lopes<sup>14</sup> e do maior evento da cidade, a Semana do Fazendeiro<sup>15</sup>. Essa justificativa econômica, aliada às relações pessoais e políticas de Brenda, imagino, tem garantido o apoio recorrente da prefeitura e de estabelecimentos comerciais ao evento. Esses elementos são importantes para que consideremos a complexidade do caso de Brenda, sem cair na pressa de confirmar um rótulo ou não, e nos permitindo questionar seus próprios usos e sentidos.

### **Sujeitos LGBTI+ e esquerda**

Apesar de existir uma tendência, nos círculos autodeclarados de esquerda, de tentar enquadrar as pessoas LGBTI+ dentro de uma expectativa ideal de comportamento dito progressista, essa expectativa não engloba todas essas pessoas. A associação entre pessoas LGBTI+ no Brasil e a esquerda do espectro político tem sua razão de ser em um

---

<sup>14</sup> A Nico Lopes é uma tradicional marcha universitária, realizada há mais de sete décadas. Sua realização foi proibida durante o regime militar.

<sup>15</sup> Evento de grande porte e de influência nacional, realizado pela UFV durante o mês de julho; um epítome da extensão rural e do agronegócio. A programação do evento também inclui a “Troca de Saberes”, que reúne os movimentos sociais do campo e da cidade.

processo histórico amplo, em que ela tem promovido e pautado, ainda que de forma limitada, os direitos dessa população, tanto enquanto oposição como ocupando os governos federal, estaduais e municipais. Essa aproximação entre as pautas das pessoas LGBTI+ e a esquerda não ocorreu sem conflitos no contexto brasileiro (MACRAE, 2018; SIMÕES; FACCHINI, 2009). No caso estudado por MacRae (2018), enquanto uma tendência interna do grupo Somos de São Paulo defendia uma postura mais autonomista perante as organizações de esquerda, outra tendência, ligada à Faccção Homossexual da Convergência Socialista, defendia uma aproximação entre o Somos e os grupos e formas de atuação de esquerda. Essa contenda é, na verdade, reflexo de uma questão mais ampla e que pode ser traduzida numa oposição entre grupos minoritários (LGBT, mulheres e pessoas negras, especificamente) e setores da esquerda marxista. Esses debates podem ser resumidos, grosso modo, em “decidir” qual a prioridade e o papel da luta pela garantia de direitos a esses grupos minoritários no contexto da luta pelo socialismo.

Facchini (2005) aponta para uma diminuição progressiva na quantidade de organizações de militância do então movimento homossexual em meados de 1985. Isso não se traduziu necessariamente num arrefecimento do movimento em si, que continuou pautando importantes questões no cenário nacional, inclusive na Assembleia Constituinte de 1987. Já nos anos 1990, após esse período de decréscimo quantitativo dos grupos, em meio a um momento dramático da epidemia de HIV/AIDS, Facchini atenta para um contexto em que grupos em defesa da liberdade sexual e de gênero começam a se multiplicar e a se pluralizar, incorporando outros sujeitos para além dos homossexuais - como lésbicas, travestis e pessoas trans e, bem mais tardiamente, bissexuais -, seguindo uma tendência, ainda que não uniforme, de profissionalização e institucionalização por meio da constituição de Organizações Não Governamentais (ONGs). Foi precisamente o contexto da epidemia de HIV/AIDS que possibilitou, em virtude de um complexo arranjo de fatores envolvendo o Estado e a sociedade civil, que as pessoas LGBTI+ se deslocassem de forma paulatina e incompleta da categoria de população de risco de exposição ao vírus para uma posição de centralidade nas políticas públicas de saúde. Nesse sentido, as ONGs LGBTI+ passaram a ter um papel crucial nas políticas governamentais de enfrentamento da epidemia, e as temáticas das pessoas LGBTI+ passaram a ser gradativamente incorporadas aos âmbitos estatais. Esse processo não ocorreu sem conflitos, seja aqueles ocorridos entre agentes do Estado e os movimentos sociais ou entre os próprios grupos do movimento, por motivos diversos. Entendo que tensões deste tipo e do tipo que trataremos aqui, quando causam rupturas, mas também



quando são capazes de produzir alianças, não são paradoxais e são, na verdade, constitutivas desse campo de disputa dos movimentos sociais (ALVAREZ, 2014). Fazem parte, assim, da própria história de incorporação das demandas das pessoas LGBTI+ ao “Estado”, mas também da constituição dos sujeitos implicados nesses processos (AGUIÃO, 2018).

Simões e Facchini (2009) recobram a emergência de setoriais LGBTI+ em partidos como o PT e o PSTU já nos anos 1990, com uma organização mais intensa dessas temáticas a partir dos anos 2000. A consolidação da inclusão de parte das pautas da população LGBT no âmbito do Estado brasileiro para além das políticas de HIV/AIDS só ocorreu, entretanto, a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em especial nos de Lula (2003-2010), entrando em crise a partir dos governos Dilma (2011-2016). Esse período de crise tem como um de seus episódios mais simbólicos o cancelamento do projeto Escola sem Homofobia no marco do Programa Brasil sem Homofobia pelo governo federal, em virtude de sua aproximação com lideranças evangélicas e das críticas tecidas por elas ao programa, apelidado pejorativamente de “kit gay” (AGUIÃO, 2018, p. 333).

Os avanços em relação a essas temáticas no âmbito do poder executivo compreenderam, dentre outras coisas, a elaboração e execução de políticas públicas de saúde e educação, para além das Conferências Nacionais e Estaduais LGBT, assim como resoluções ministeriais, diretivas e portarias presidenciais. Ainda que sejam muito importantes e tenham significado uma verdadeira mudança no *status* dessas questões na sociedade, é importante frisar que esses dispositivos possuem um caráter mais volátil do que leis e emendas constitucionais, e podem ser suprimidos por meio de ação direta do poder executivo.

Mesmo que isso não tenha ocorrido até agora de forma sistemática, as pessoas LGBTI+ e suas demandas têm sido retiradas, em grande medida, do debate sobre políticas públicas no país<sup>16</sup> no âmbito do governo federal, seja por meio da extinção do financiamento a qualquer iniciativa que pautasse esses temas, seja por meio da censura ou ainda do ataque direto a essa população por meio de integrantes do atual governo e seus apoiadores. Por outro lado, é importante marcar que nos municípios e nos Estados

---

<sup>16</sup> Ainda que haja uma atitude específica do atual governo em relação a essas temáticas, compreendidas por seus integrantes como algum tipo de degradação moral contra a família tradicional e a religião cristã, é importante frisar que já no Governo Temer e principalmente no início do Governo Bolsonaro, dezenas de conselhos e comitês de políticas públicas sobre vários temas foram dissolvidos.

brasileiros, houve a incorporação dessas temáticas tanto por meio de leis, como por meio da inserção permanente no debate, na elaboração e na execução de política públicas.

Os avanços mais recentes em relação aos direitos das pessoas LGBTI+ no âmbito federal, por sua vez, ocorreram no âmbito do poder judiciário, através de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a saber: a garantia do direito à união estável entre pessoas do mesmo gênero em 2011, com posterior resolução do Conselho Nacional de Justiça, possibilitando a conversão dessas uniões em casamento; a garantia do direito de mudança do sexo e prenome nos documentos das pessoas trans em 2018, sem a necessidade de cirurgias ou processo judicial; a equiparação, em 2019, da homofobia e da transfobia aos crimes de racismo, e, ainda, em 2020, a declaração da inconstitucionalidade da regra sanitária que vedava que homens que se relacionam com homens pudessem doar sangue.

### **Categorias de acusação e moralidade nos embates políticos**

No cenário explorado no meu campo de pesquisa, por sua vez, as tensões se avolumam ao lado das alianças. A primeira organização LGBTI+ de Viçosa foi o Coletivo Primavera nos Dentes, formado principalmente por estudantes da UFV. O Coletivo sempre manteve uma postura independente do partido de esquerda da cidade e dos grupos de militância universitários, ainda que alguns de seus membros fossem também membros de outras entidades. Outra organização LGBTI+ surgiu pouco tempo depois do Primavera nos Dentes: o Movimento Diversidade Viçosa (MDV), fundada por Brenda Santunioni. Diferente do coletivo, o MDV era composto principalmente por pessoas que não eram estudantes da UFV, e que eram pessoas mais próximas de Brenda.

Tanto nas relações de Brenda com o Primavera, como em suas relações com militantes de *esquerda* da cidade, o fato dela ser enquadrada como *conservadora* chama a atenção. Essa não é apenas uma qualificação exterior, na medida em que Brenda também se identifica com esse rótulo. No debate público de hoje, a categoria “conservador” frequentemente se sobrepõe a outras como “fascistas” e “fundamentalistas”, e as fronteiras e diferenças entre uma e outra categoria acabam quase sempre borradas e/ou ignoradas. Nesse sentido, Ronaldo de Almeida sugere a necessidade de compreender essas categorias como construídas de forma relacional nos embates políticos (2017, p. 4) e, para além disso, de entendê-las como “categorias políticas de acusação que circunscrevem um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos”. De modo semelhante, Gilberto Velho (1976, 1978,

2012a, 2012b) salienta as especificidades das dinâmicas de acusação. A lógica acusatória estaria eminentemente vinculada, segundo essa perspectiva, a uma situação de não enquadramento de determinado sujeito com um ou outro conjunto de normas estabelecidas pelo grupo social do qual ele faz parte.

No caso das acusações políticas, Velho (2012a) salienta como as categorias *subversivo* e mesmo *esquerda* foram empregadas durante o período do regime militar, de forma a estigmatizar jovens que se opunham à determinadas disposições tradicionais defendidas pelo regime em relação à família, trabalho, sexualidade e religião. Em relação a este tipo de acusação, o autor não sinaliza para a possibilidade de que elas sejam também direcionadas das pessoas de esquerda para as pessoas ditas conservadoras, mas acredito que ela é recíproca e independe de posição política. Não se trata, aqui, de operar uma (re)moralização sobre os processos de acusação, apontando-os de forma valorativa e definindo se constituem uma conduta boa ou ruim, mas de empreender uma análise que leve em conta as especificidades desse fenômeno. Assim, as categorias de acusação moral evocam diferentes significados e se associam de forma dinâmica a noções eminentemente morais (ALMEIDA, 2017), como: ser uma boa ou má pessoa ou cidadão; ou ainda, no caso das pessoas LGBTI+, a “traição” daqueles que estão do lado dos *conservadores* quando deveriam estar do lado dos *progressistas*.

Não é tão relevante, para essa discussão, determinar se as categorias de acusação mobilizadas nos embates políticos possuem lastro em qualquer coisa como uma realidade ontológica, ou seja, se as pessoas *são* de fato isso ou aquilo. Isso porque, ainda que essa dimensão permeie e mesmo reitere os processos de acusação, ela não os define e a acusação parece prescindir dela. O que interessa é exatamente perceber como são capazes de constituir estigmas por meio de mecanismos performativos. De outro modo, dizer que essas categorias circunscrevem um conjunto variado de discursos e práticas significa também afirmar que existem diferentes sentidos – e momentos – em que alguém pode ser *conservador*, *liberal*, *de esquerda*, *progressista* etc. Esses termos não são capazes de encapsular, ainda, as experiências políticas de forma totalizante: a categoria “conservador” não consegue captar todas as diferentes formas possíveis que alguém pode assumir essa posição, e ela só faz sentido se a considerarmos em relação às outras que estão sendo utilizadas no mesmo contexto.

## **Considerações finais**

Uma das questões mais importantes que surge a partir da análise do caso tratado nessa pesquisa é o problema da agência. Em que medida o *conservadorismo* de Brenda constitui uma incorporação de pressupostos heteronormativos? E em que medida constituem uma opinião própria, genuína? Faz sentido buscar uma resposta para a questão nesses termos? E o que fazemos quando a própria maneira como fazemos perguntas condiciona o mundo de respostas possíveis? Como recobra Saba Mahmood (2019), um dos problemas cruciais para a prática política e teoria feminista contemporânea é o da agência. Sobre isso, Mahmood afirma que

o sujeito político normativo da teoria feminista pós-estruturalista aparece frequentemente como um sujeito liberatório, cuja agência é conceptualizada sobre o modelo binário da subordinação e subversão. Este pensamento, portanto, elude as dimensões da ação humana cujo estatuto ético e político não se enquadra na lógica da repressão e resistência (MAHMOOD, 2019, p. 139).

No sentido de conseguir captar as formas de agência vinculadas a outras racionalidades e histórias possíveis, Mahmood propõe que a noção de agência seja descolada dos objetivos da política progressista. A ideia, aqui, não é tentar legitimar paradigmas tidos como normativos e opressivos - como a religião islâmica, no caso de Mahmood, ou a direita política, no caso desta pesquisa - que prescreveriam situações de violência e desigualdade, mas analisar de que forma a agência se manifesta nesses mundos, complexificando a análise antropológica e expondo nuances.

Essa perspectiva não é sempre bem-vinda, principalmente quando ela é interpretada politicamente como uma relativização ou "humanização" dos inimigos do campo progressista (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2021). Mas o olhar e a responsabilidade antropológica consistem, nesse caso, exatamente em perseguir e nuançar as prescrições acusativas que muitas vezes se impõem em contextos diversos como é o nosso. Os trabalhos de Pinheiro-Machado e Scalco (2018; 2020) nos mostram que, na verdade, aquelas pessoas que qualificamos como inimigos de uma política progressista não são sempre monstros fascistas e opressores. São frequentemente pessoas comuns, com preocupações e um cotidiano que muitas vezes possui similaridades conosco, e cujos problemas e inquietações são capturadas por discursos antissistêmicos da (extrema-)direita, em que encontram guarida de forma legítima – ainda que a contragosto de muitos.

## **Bibliografia**

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “estado”:** uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 19 jul. 2022.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13–56, 2014.

AMARAL, Julião Gonçalves. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBT. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 133–179, 2014.

BISSACO, Joelcio Zoboli. **Os oprimidos saem do armário: uma análise territorial da homossexualidade nos alojamentos masculinos da Universidade Federal de Viçosa**. 2009. 68 f. TCC - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: <https://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/geo/www/wp-content/uploads/2013/08/Joelcio-Zoboli-Bissaco.pdf>.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 21, p. 219–260, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade).

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência Sexual: percepções e comportamentos sobre violência sexual no brasil**. [S. l.]: Instituto Patrícia Galvão, 2016.

LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade**. 2011. 258 f. Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2018.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnografica**, [s. l.], n. vol. 23 (1), p. 135–175, 2019.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **REBEH**, [s. l.], v. 1, n. 4, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**, [s. l.], v. 16, n. 278, p. 3–13, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 21–31, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 329–336, 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. 1a. eded. São Paulo, SP, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. (História do povo brasileiro).

VELHO, Gilberto. Accusations, Family Mobility and Deviant Behavior. **Social Problems**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 268–275, 1976.

VELHO, Gilberto. Acusações: projeto familiar e comportamento desviante. **Boletim do Museu Nacional – Nova Série Antropologia**, [s. l.], n. 28, p. 1–11, 1978.

VELHO, Gilberto. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012a.

VELHO, Gilberto. Parentesco, individualismo e acusações. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012b.

VILHAS, Jinx. **Travesti**. *Em*: GLOSSÁRIO DE (DES)IDENTIDADES SEXUAIS. Salvador: EDUFBA, No prelo.